

# **O CARNAVAL CONTRA AS “IDEIAS SUBVERSIVAS” E “IDEOLOGIAS EXÓTICAS”: a invenção da Federação Carnavalesca Pernambucana na década de 1930**

Lucas Victor Silva\*

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de discutir o aparecimento da Federação Carnavalesca Pernambucana enquanto instituição comprometida com o controle das manifestações carnavalescas durante os anos 1930. Para tanto, analisamos as representações registradas na imprensa local (Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno, Jornal do Recife, A Província, Jornal do Commercio e Diário da Manhã) e na documentação produzida pela própria entidade. O carnaval, enquanto objeto de discurso, emerge como instrumento das tentativas operadas pelo regime político pós-trinta de, através da palavra de seus intelectuais, produzir o aceitação do novo regime e demonstrar a coesão nacional e a unidade do repertório cultural do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carnaval; Federação Carnavalesca; Cultura popular

## **Carnival against “subversive ideas” and “exotic ideologies”: the invention of the Carnival Federation of Pernambuco during the 1930s.**

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the emergence of the Carnival Federation of Pernambuco as an institution committed to the control carnival displays during the 1930s. In this sense, the representations registered in both the local press (the Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno, Jornal do Recife, A Província, Jornal do Commercio and Diário da Manhã newspapers) and the documentation produced by the institution itself have been analyzed. Carnival, as an object of discourse, emerges as an instrument of the attempts carried out by the post-1930 political regime to, through the speech of its intellectuals, produce the acceptance of the new regime and demonstrate national cohesion and the unity of the cultural repertoire of Brazil.

**KEY-WORDS:** Carnival; Carnival Federation; Popular culture.

## **El Carnaval contra las “ideas subversivas” y las “ideologías exóticas”: la invención de la Federación Carnavalesca Pernambucana durante la década de 1930.**

**RESUMEN:** El objetivo del artículo es discutir el surgimiento de la Federación Carnavalesca Pernambucana como una institución comprometida con el control de las manifestaciones carnavalescas durante la década de 1930. Para ello, hemos analizado las representaciones registradas en la prensa local (Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno, Jornal do Recife, A Província, Jornal do Commercio y Diário da Manhã) y en la documentación producida por dicha entidad. El carnaval, en la condición de objeto de discurso, surge como instrumento de los intentos operados por el régimen político post-1930 de, por medio de la palabra de sus intelectuales, producir la aceptación del nuevo régimen y demostrar la cohesión nacional y la unidad del repertorio cultural del país.

**Palabras clave:** Carnaval; Federación Carnavalesca; Cultura Popular.

\* Doutor em História (UFPE) e professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: lucasvictor@uol.com.br

## Introdução

A década de 1930 trouxe novas práticas e discursos sobre o carnaval do Recife e suas manifestações. O aparecimento da Federação Carnavalesca Pernambucana representou o esforço de criar uma entidade especialmente responsável pela busca da disciplinarização dos corpos brincantes e do domínio sobre a produção dos significados da folia. O novo regime, além de buscar controlar com eficácia crescente a produção de sentidos sobre o mundo social, instituiu novas práticas e novos discursos que instrumentalizavam o carnaval e as manifestações populares como aliados na produção do consenso e da aceitação do novo governo.

Divididas entre o moderno e o tradicional, as elites intelectuais do Recife representavam o carnaval como uma contribuição regional à nacionalidade brasileira e, ao mesmo tempo, como instrumento de divulgação da identidade ingênua, alegre e pacífica das massas urbanas em uma época de intensos embates político-sindicais. Na Mucambópolis de Josué de Castro, no Recife dos sobrados patriarcais de Freyre, no Recife antigo de Mário Sette, no Recife decadente de José Lins do Rego, ou no Recife moderno do regime pós-trinta, todos representavam um mesmo carnaval na esperança de que, através da folia, brancos, negros e mestiços, ricos e pobres, juntos, pudessem ver reconciliados o passado, o presente e o futuro de um novo país que se desejava grandioso e próspero.

## Cidade moderna ou capital dos mocambos?

No final do ano de 1937, cerca de dois anos após sua fundação, a Federação Carnavalesca Pernambucana fez publicar o seu primeiro e único *Anuário do Carnaval Pernambucano*, destinado, entre outras funções, à divulgação da importância das ações da entidade na organização do carnaval de 1938. Entre outros assuntos destinados especificamente aos dias de momo, o leitor da brochura pôde entrar em contato com diversas imagens da cidade do Recife. A Federação registrava as imagens do “Recife Novo” que contribuíam para a instituição de uma nova visibilidade da capital, onde a miséria dos mocambos estaria oculta. O anuário publicou fotos dos edifícios modernos e dos jardins de Burle Marx recentemente construídos. O chamado “Recife moderno” tornava-se visível também através das fotografias de espaços como a Praça Rio Branco (cuja imagem permite a

visão dos altos edifícios construídos sob o estilo do ecletismo como símbolos da modernidade), o Quartel do Derby (um verdadeiro “palacete” também recém-erguido), o Palácio da Justiça (“no gênero o mais suntuoso da América do Sul”), o prédio “moderníssimo” do Diário de Pernambuco e, finalmente, o Edifício do Banco Auxiliar do Comércio (construído em estilo expressionista alemão).

Desde o alvorecer do século XX a construção do Recife moderno era pauta recorrente das elites políticas e intelectuais republicanas. Como percebeu Zélia Gominho em *Veneza Americana x Mucambópolis*, o Recife foi objeto de uma série de políticas públicas cujo objetivo era reconstruir a cidade para extirpar sua face atrasada e fazer triunfar finalmente o Recife moderno<sup>1</sup>. A edificação desta nova visibilidade do Recife vai justificar a adoção de diversas práticas com o objetivo de reconstruir a cidade. Nos discursos e práticas governamentais, os herdeiros políticos da Revolução de 1930 esforçavam-se na elaboração tanto de diagnósticos sobre a situação do país, quanto de propostas para a transformação da sociedade. O desejo de construir o Brasil moderno era legitimado pela certeza de que o regime liberal anterior era responsável pela situação precária das grandes cidades.

As cidades e suas festas coletivas despertavam significativa preocupação nos responsáveis pela direção do novo regime. O Estado precisava atender aos desejos do povo entendido como massa ingênua e suscetível a ameaça bolchevista cada vez mais concreta a partir do triunfo da Revolução Russa e, sobretudo, da fundação do Partido Comunista e das suas ações cada vez mais visíveis na organização do movimento operário, na disputa eleitoral de 1933 e, principalmente, na realização do levante comunista de 1935.

A década de 1930 foi um período particularmente diversificado quanto à existência de projetos para o país, encampados por grupos políticos e intelectuais antagônicos: constitucionalistas defendendo a volta rápida ao regime democrático, tenentes propondo a perpetuação de políticas não-democráticas até que o país estivesse suficientemente transformado, elites políticas alijadas do poder, integralistas, católicos, militares superiores e adeptos de mudanças mais radicais como os comunistas, anarquistas, membros do movimento sindical e outros revolucionários. Vale ressaltar que algumas destas posições se confundiam nas trajetórias individuais e que havia, em comum, a percepção de que o regime democrático liberal havia falhado. Ambos os projetos apontavam para saídas autoritárias em uma época em que a política no Brasil e no mundo caminhavam para a radicalização. Estas percepções tenderam a se acentuar com o recrudescimento da situação do país após a crise de 1929.<sup>2</sup>

O Estado pós-trinta procurou constituir-se como instituição central na remodelação daquela sociedade através da produção de novas representações sobre si mesmo, sobre seu papel e sua centralidade na organização e definição dos papéis e identidades dos diversos grupos sociais no país. Novas leis, práticas e instituições procuravam representar a sociedade como dependente, ou melhor, como plenamente submetida à autoridade central. Através da ação estatal, as elites dirigentes desejavam trilhar o caminho para o progresso agindo “de cima”, procurando “dar forma” à sociedade. O Estado emerge, neste discurso, como espaço legítimo para a atuação destes intelectuais reivindicativos de status de elite dirigente<sup>3</sup>.

Neste sentido, o Estado pós-trinta, através de novas instituições (e a Federação Carnavalesca Pernambucana era um exemplo disto), procurava controlar a proliferação dos sentidos ao difundir e legitimar suas representações sobre o mundo social a partir de uma nova diversidade de documentos e práticas para definir os grupos sociais, ou “classes” que formariam a nação: operários, trabalhadores, industriais, homens, mulheres, as autoridades dirigentes, as comemorações de datas festivas cívicas, a escrita e o ensino da “história nacional” e a “defesa da família”.

Conforme afirmou Messeder Pereira, “a Revolução de 30 havia reforçado a possibilidade institucional para que as ideias modernas ocupassem os vários ‘lugares’ socialmente disponíveis e o fazia na medida em que se afirmava uma onda de crescente autoritarismo.”<sup>4</sup> Se no final do século XIX e início do XX, as elites políticas e intelectuais empreendiam esforços para “civilizar” o país tomando como referência os valores e padrões europeus, a partir dos anos 1920 procurava-se um caminho alternativo: o Brasil moderno implicava na busca do progresso a partir das especificidades culturais nacionais e de suas possibilidades institucionais<sup>5</sup>.

O Recife seria palco das tentativas de superação do atraso do país e da conciliação entre a tradição – entendida ora como o que garantia a especificidade do país, ora como marca do atraso – e o moderno, sob a perspectiva de novos saberes que se institucionalizavam como a medicina, a engenharia e a pedagogia. Novos saberes e novas práticas sobre as manifestações culturais populares seriam articulados em torno de uma nova instituição também compromissada com a instituição do Recife moderno e a resolução da “questão social” na região: a Federação Carnavalesca Pernambucana.

Aqui, vale o registro de outras iniciativas anteriores no sentido da criação de instituições destinadas ao controle das relações entre as agremiações carnavalescas: a Liga Carnavalesca

Pernambucana, em 1923, e a Coligação Carnavalesca, em 1931<sup>6</sup>. Ao contrário das antecessoras, Federação criada em 1935 não foi efêmera.

### **A Federação Carnavalesca Pernambucana: da fundação e dos fins**

A articulação entre cultura e política esteve expressa nos estatutos da Federação Carnavalesca Pernambucana quando da sua fundação por intelectuais de destaque no Estado. As práticas e discursos da entidade revelam que as preocupações sobre a organização do carnaval envolviam discussões sobre controle e a educação das classes trabalhadoras. Para a geração intelectual dos anos trinta, a produção cultural e a educação apareciam como ferramentas de controle social, de apagamento da capacidade de resistência, contestação política e domesticação de mentes e corpos para o trabalho. A educação deveria consolidar a liderança das elites e dos intelectuais (cientistas, engenheiros, artistas, pesquisadores e outras categorias) sobre o povo, as massas.

É neste momento, em que o carnaval torna-se assunto estratégico para os projetos nacionalistas, em que foi fundada a Federação Carnavalesca Pernambucana, cuja função seria disciplinar as manifestações carnavalescas do Recife. Festejada por intelectuais, artistas e autoridades municipais e estaduais, a Federação Carnavalesca surgiu, em 1935, como uma entidade aliada no controle de organizações populares e de manifestações culturais, ao sabor da cartilha varguista.

No Rio de Janeiro, a partir da década de 1930, a política cultural varguista notabilizou-se pelo incentivo às Escolas de Samba. O incentivo teve um preço: a normatização, o direcionamento e o controle efetuado pela presença das autoridades, nestas agremiações. A intenção era instituir as Escolas de Samba como divulgadoras do civismo e do patriotismo, temas que passariam a aparecer nos desfiles. Os desfiles das Escolas de Samba do Rio de Janeiro passam a ser animados por sambas que exaltavam a face harmônica, pacífica e cordial do ser brasileiro. Frequentemente, apareciam enredos que exaltavam os “grandes” e “memoráveis” fatos do passado “glorioso” do país e seus heróis oficiais. As Escolas de Samba tinham a função pedagógica de direcionar as massas no caminho de uma cultura histórica marcada pelo civismo, patriotismo e respeito às autoridades que as governavam. A determinação oficial de lugares e horários a serem cumpridos pelos foliões representa também a intenção de controlar aquelas multidões que desciam os morros cariocas para brincar o

carnaval. No entanto, segundo a historiadora Raquel Soihet, em *A subversão pelo riso*, as novas relações de poder estabelecidas entre as agremiações carnavalescas e o Estado foram construídas também por negociações. A adesão das Escolas de Samba às novas práticas representou o reconhecimento da legitimidade da presença do carnaval popular nas ruas da cidade e, portanto, atendia também aos interesses do mundo do samba.<sup>7</sup>

O estatuto da Federação Carnavalesca, em seus artigos, descrevia funções, organização, organograma e critérios para a filiação das agremiações. As finalidades propostas revelam a articulação da cultura, da política e da questão do controle social travestida pelas intenções “nobres” de seus promotores. A entidade destacava o compromisso em “procurar a harmonia entre os clubes filiados” sob a alegação da recorrência de conflitos entre as associações<sup>8</sup>. Aqui, percebemos a representação da Federação como entidade capaz de mediar os conflitos e construir um convívio harmonioso entre as agremiações. Isto significará, no futuro, a colaboração da entidade com a polícia no sentido da identificação dos elementos da desordem e proibição de sua presença no seio das agremiações, passíveis de retaliação se não colaborarem com a ação policial.

Os estatutos também revelam a função de “distribuir auxílios equitativos, cada ano, aos clubes que tomarem parte no carnaval”, ou melhor, para os que a ela se filiaem. A Federação passaria a arrecadar recursos junto às empresas e firmas comerciais do Estado para financiar suas atividades e os desfiles carnavalescos. Com esta prática, a Federação concorria com significativa vantagem com as agremiações que dependiam das doações externas para o financiamento de suas atividades, conforme registrou o *Jornal Pequeno*, o único dos grandes jornais que teceu críticas ao desempenho da Federação em seus primeiros momentos de existência, com podemos perceber nesta quadra abaixo assinada pelo pseudônimo JACK:

Enigma

– Que quer dizer Federação?  
– Ora, decompõe a palavra e lê: ação que fede...<sup>9</sup>

Outra finalidade da Federação revelada em seus estatutos era “dar prêmios aos clubes carnavalescos que de modo mais condigno se apresentarem”<sup>10</sup>. Isto implicou na realização de concursos entre as agremiações com critérios determinados pela entidade que definiriam este “modo” de se apresentarem. As comissões julgadoras contavam com a participação de autoridades como o prefeito da cidade e de representantes da Federação, da imprensa e da Rádio Clube que ficavam abrigados em um pavilhão situado à Praça da Independência. Este pavilhão criava um novo espaço de destaque dentro do cenário carnavalesco. As elites

políticas dispunham agora de um palanque para serem observadas como autoridades da cidade, mesmo durante o tríduo carnavalesco e para observar e julgar o desempenho das agremiações. O carnaval se adaptava ao formato dos comícios e eventos políticos que destacam e conferem prestígio aos que estão em cima dos palanques.

A realização de concursos entre as agremiações é anterior a Federação Carnavalesca. Segundo o historiador Ivaldo F. M. Lima, a iniciativa apareceu no final da década de 1910 e eram organizados por jornais e empresas privadas.<sup>11</sup> A nova entidade apropriou-se de uma prática existente na cidade, convertendo-a aos seus interesses políticos.

Por fim, a Federação responsabilizava-se em “moldar o carnaval no sentido do tradicionalismo histórico e educacional”, o que significava, durante a folia, “reviver tipos de nossa história, fatos que nos educam”<sup>12</sup>. Neste sentido, a função nos remete ao papel do discurso histórico na década de 1930. Neste momento, a História era considerada, por excelência, disciplina formadora de cidadãos e de difusão do amor pela pátria. Cabia às elites a decisão sobre o que deveria ser ensinado às massas, pois seria nos estudos de História que o aluno poderia ser educado politicamente e aceitar a inevitabilidade da ordem coletiva.<sup>13</sup> A história deveria funcionar como uma “genealogia da nação”. Ficava a cargo dos historiadores definir os heróis, períodos, fatos e cenários históricos da nação. Analisando os programas e livros didáticos produzidos à época, Kátia Abud destacou os três pilares que alicerçavam a narrativa da identidade brasileira: a unidade étnica, a unidade administrativa e territorial e a unidade cultural. Todavia, a construção desta narrativa nacional seria objeto de disputas historiográficas regionais. Como destaca Abud, historiadores de prestígio, como Alfredo Ellis Júnior, professor catedrático de História do Brasil na Universidade de São Paulo, defendiam a superioridade do paulista, resultante do cruzamento entre portugueses e índios, sobre o mestiço nordestino, cujo sangue estaria maculado pela herança africana<sup>14</sup>.

O esforço da Federação em construir uma identidade para o carnaval relaciona-se com a discussão sobre a identidade nacional que absorve o ambiente intelectual entre os anos vinte e trinta. Coadunava-se com o empenho em se constituir uma nova identidade cultural brasileira através da descoberta do folclore, da cultura popular. Todavia, ao mesmo tempo em que se produziam imagens bucólicas, festivas e folclóricas (que constituiriam a base das tradições nacionais, daquilo que formava a identidade nacional), as regiões mais dinâmicas do país sofriam acelerado processo de urbanização e industrialização.

A região Nordeste é erigida como resistência ao processo de integração do espaço nacional a partir dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Enquanto o estas últimas se

legitimam como espaços cada vez mais adaptados aos novos tempos, o Nordeste é urdido como lócus de reação ao moderno, região por excelência do arcaico, do folclórico, da memória e da saudade. Cada região reagiu de maneira diferente às transformações ao procurar superar os contrastes entre as heranças do século XIX e as novidades do século XX e conciliar o tradicional e o moderno. Os debates intelectuais no Nordeste se diferenciaram pela maior resistência à perda dos espaços e práticas tradicionais em favor do progresso urbano-industrial<sup>15</sup>.

A narrativa histórica difundida pela Federação Carnavalesca efetivava-se como uma resistência à narrativa nacional construída a partir do regionalismo paulista. Assim, podemos refletir também sobre contendas a respeito da cultura histórica da época que se distinguiu, no Recife, pela apologia à presença holandesa de um lado, e de outro pelas primeiras repercussões de *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos* nos anos trinta. Na década de trinta, “reviver tipos de nossa história” significava, para a Federação Carnavalesca, incentivar a utilização de fantasias representando os heróis da “Guerra de expulsão contra os invasores batavos” como Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Fernandes Vieira e Henrique Dias, bem como damas, cavaleiros e soldados da época. O período de presença batava no Pernambuco era exaltado como o momento de afloramento da identidade nacional e símbolo da importância da história regional para a narrativa da história nacional.

Foi a partir do carnaval de 1937 que a Federação Carnavalesca passaria a atuar de maneira mais efetiva na definição das fantasias que deveriam ser trajadas pelas agremiações. A entidade realizou um concurso de fantasias “baseadas em costumes dos séculos XVII” em parceria com o *Jornal do Commercio*. A Federação recomendava como subsídio aos artistas as iconografias históricas referentes ao período existentes no salão colonial do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em vitral no Palácio da Justiça e na Igreja da Conceição dos Militares, onde havia painéis das batalhas dos Guararapes. Os desenhos recebidos foram publicados em uma brochura distribuída entre as agremiações “com o fito de facilitar aos carnavalescos a escolha de suas fantasias, proscurendo figurinos de fora”. Era uma estratégia para “restaurar o carnaval do Recife ao seu tradicionalismo, expurgando-o de tudo o que é exótico, e orientar os amigos do frevo e do maracatu na corrente nacionalista”, como declarou Mário Melo. O período de presença batava em Pernambuco era exaltado como momento da chegada da modernidade trazida por Nassau e sua corte de artistas do Renascimento holandês. E a escolha do tema fazia parte das comemorações pelo terceiro centenário da fundação do Recife. A figura de Maurício de

Nassau deveria ser exaltada como personagem de “nossa história” por ter fundado a cidade, segundo Mário Melo, quando da sua chegada em 1637.



Figura 1 - Desenhos de fantasias que concorreram no concurso realizado pela Federação Carnavalesca Pernambucana em 1937. Publicados na brochura "Fantasias para o carnaval de 1937". (Acervo Pessoal)

A sugestão das fantasias nos remete à compreensão de que o carnaval deveria reproduzir os conteúdos das festas cívicas e desfiles patrióticos, e expressar com maior eficácia a ideia de uma cultura nacional-popular espontânea, autêntica e representativa da leitura regional da identidade nacional. Nos estatutos da Federação Carnavalesca havia a intenção expressa de transformar cada organização popular em “núcleos educativos” que divulgassem o discurso nacionalista e o “amor à pátria e à ordem”.

### Do funcionamento e do reconhecimento como associação de utilidade pública

A partir de sua fundação, a Federação Carnavalesca torna-se bastante presente no noticiário carnavalesco. A entidade convidava sistematicamente as agremiações para adquirir licenças para seus desfiles, bailes e ensaios. A Secretaria de Segurança Pública transferiu, inclusive, esta prerrogativa para a Federação. Aos poucos, a entidade fazia publicar uma série de recomendações para dirigir a atividade das agremiações. O esforço de filiação em seu primeiro ano de existência parecia surtir efeito. Através do *Diário de Pernambuco*, às vésperas do carnaval, a Federação declarava ter 81 agremiações filiadas divididas nas

seguintes categorias: clubes de alegoria, clubes, blocos, troças e maracatus.<sup>16</sup> A imprensa registrava diversos fatos e eventos que representavam a aceitação da presença da entidade na organização do carnaval pelos diversos tipos de agremiações carnavalescas da cidade. A imprensa, por exemplo, noticiava a adesão das troças e clubes pedestres mais antigos através de homenagens e mesmo visitas à sede da instituição<sup>17</sup>. A Federação dividia, a partir de então, a organização e o controle do carnaval com a instituição policial.

Os estatutos da Federação obrigavam as agremiações a obedecerem normas de funcionamento. Era necessário constituir diretorias “idôneas” e “estatutos em harmonia com os da Federação”. A imprensa representava as agremiações adequadas ao formato preconizado pela Federação, com estrutura funcional e estatutos. Outra estratégia de representação da importância e prestígio da Federação foi a realização de desfiles de agremiações sob a sua organização.

A estrutura da Federação Carnavalesca não permitia a participação das agremiações nas suas decisões. As instâncias mais importantes eram a Diretoria e o Conselho Consultivo. Segundo os estatutos, estes dois órgãos da entidade não poderiam contar com a presença dos representantes das associações carnavalescas. Sob o pretexto da necessidade de imparcialidade na sua condução, a partir de sua fundação, teria como presidente J. P. Fish, norte-americano gerente da Pernambuco Tramways, como primeiro vice-presidente Arlindo Luz, superintendente da Great Western, como primeiro secretário, o jornalista e historiador Mário Melo, entre outros. O Conselho Consultivo era formado por “notáveis” e representantes dos maiores jornais da cidade. Estes dirigentes eram responsáveis pela administração da Federação, aplicar penalidades aos clubes e sócios, controlar os recursos arrecadados, dividir as agremiações em categorias e organizar o regulamento para os concursos carnavalescos. As sociedades carnavalescas participavam apenas do Conselho Fiscal, cuja função seria dar “parecer sobre as contas da tesouraria” e da Assembleia que poderia “apresentar sugestões à diretoria”, “reformular os estatutos” e “resolver por 2/3 dos votos presentes a dissolução da Federação”. A eleição da Diretoria era de responsabilidade dos sócios fundadores, honorários e beneméritos, ou seja, das figuras de “destaque social” sem vinculação com as agremiações.

Segundo os estatutos, as agremiações deveriam reconhecer a Federação como órgão superior e prestar-lhe obediência, além de dar ingresso individual em todas as festas realizadas aos membros da Diretoria da entidade. Não havia uma obrigação oficial para que as agremiações se filiassem à nova Federação. Porém, a agremiação que não desejasse se filiar teria problemas com a arrecadação de recursos junto ao comércio, visto que a Federação

passaria a centralizar recolhimento das doações do comércio. Inclusive, a Federação conferia as associadas um “visto” que lhes autorizava enquanto associação de importância e fins culturais. As não filiadas também não poderiam participar dos concursos oficiais, nem receber a cota que a Federação distribuía entre as associadas. Permanece, porém, a obrigatoriedade da licença da Secretaria de Segurança Pública para a realização dos desfiles, ensaios e bailes.

A vinculação com o Estado, com a Imprensa e demais entidades representantes dos interesses das elites urbanas se daria através da Diretoria de honra, composta do Governador do Estado, do Prefeito da capital, dos chefes militares, dos Presidentes da Associação de Imprensa, do Rotary Clube, da Associação Comercial, do Rádio Clube e da Associação dos Comerciantes Varejistas de Pernambuco.

As relações com o Estado seriam estreitadas conforme o desejo de sua diretoria. Um ano após de sua fundação, portanto já em 1936, a Federação enviou um ofício ao então governador Lima Cavalcanti e à Assembleia Legislativa solicitando seu reconhecimento como “associação de utilidade pública”, o que implicaria na concessão anual de uma subvenção. No documento, o seu presidente, o norte-americano J. P. Fish, que era superintendente da empresa inglesa de transportes urbanos do Recife, a Pernambuco Tramways, teceu uma prestação de contas sobre suas atividades na organização do carnaval entre 1935 e 1936 com o objetivo de atestar a justiça do pleito. Segundo Fish, a fundação da Federação havia precipitado o fim de um “ambiente de rivalidade” entre as agremiações que se hostilizavam a ponto de acontecer “derramamento de sangue” ao encontro de agremiações rivais. Além de “congregar esses elementos e harmonizá-los”, a entidade atuaria no sentido de evitar que estes “agrupamentos carnavalescos” se tornassem “sementeiras de ideias perniciosas, ameaçadoras de subversão do mundo”.<sup>18</sup>

Podemos perceber como a Federação instituía-se como parceira das autoridades políticas e policiais no controle social das classes populares. O carnaval era representado como momento oportuno para o controle das reivindicações políticas e como tal deveria se enquadrar enquanto manifestação do civismo e do patriotismo presentes no novo regime pós-trinta. A Federação, neste discurso, aparecia como instituição importante na educação das massas e na articulação da aceitação das classes populares do discurso oficial nacionalista e trabalhista.

Para Artur de Moura, deputado relator do parecer legislativo favorável ao “reconhecimento”, a entidade trouxe “um espírito novo” para presidir “a organização dos filiados” e orientar-lhes “as atividades”, estimular “os seus triunfos” e “insinuar” “por todos

os modos a solidariedade mais perfeita para a consecução integral do fim comum”. Para o deputado, o carnaval do Recife, em sua face alegre, pacífica, inocente e lírica “atua, sobretudo, quanto às classes mais pobres como sedativo de incontestável eficácia”<sup>19</sup>. Aqui emerge a instrumentalidade do carnaval para as autoridades. A festa aparece como “válvula de escape”, como “sedativo” que facilitaria o controle das classes mais pobres. Carnaval, portanto, é interesse de Estado. O deputado recomenda a aprovação da solicitação da Federação, amparado em diversos argumentos que enaltecem o “espírito novo” trazido pela entidade na organização da festa.

O projeto de lei, reconhecendo a Federação Carnavalesca como associação de utilidade pública e autorizando a subvenção anual, seria aprovado pela Assembleia Legislativa em 19 de outubro de 1936. Restava ainda a sanção do Governador Carlos de Lima Cavalcanti. Contudo, tanto a sanção do governador quanto o projeto de lei exigiam da entidade a função expressa adicional de “preservar os clubes filiados de ideologias exóticas, prejudiciais às instituições”. A Federação deveria cuidar para que “ideias subversivas da ordem constitucional”, como o comunismo, não contaminassem as agremiações.

O parecer do deputado revelava a articulação entre cultura e política presente nas intenções e atividades da Federação responsabilizada por transformar as agremiações carnavalescas em “núcleos educativos” para a divulgação das narrativas e discursos oficiais do novo regime e produção da desejada coesão nacional. Podemos perceber também a intenção de desvalorizar e criminalizar a militância político-partidária e naturalizar “o respeito à lei e a autoridade pública encarregada de aplicá-la”. Finalmente, em uma época em que todas as energias nacionais são requeridas para contribuir com a construção de um novo Brasil moderno, o carnaval, até então inútil em sua função meramente lúdica, como registrou o Anuário, seria transformado em instrumento para “o fortalecimento do nativismo sadio e construtor”. Este era o sonho das elites políticas do novo regime: transformar as agremiações em associações reprodutoras do discurso oficial como os sindicatos oficiais, em corporações compromissadas com a manutenção da coesão social e política em torno do novo regime em uma época de grandes disputas de poder e emergência de projetos divergentes para o país.<sup>20</sup>

Assim como os sindicatos oficiais, a Federação emergia em suas funções pedagógicas como instância formadora do cidadão, do trabalhador nacional. Desejavam-se como “núcleos educativos” patrióticos e cívicos, como “escolas de união e disciplina”. Esta intervenção do carnaval pela Federação e nos sindicatos pelo Estado deve ser compreendida, nas palavras de Alcir Lenharo, como:

uma estratégia institucionalizada visando o congelamento das oposições de classe e a instrumentalização disciplinar dos trabalhadores. Junto a dispositivos como a “proteção trabalhista”, ou a outros menos nobres como a repressão, a delação, a tortura, pretendia-se agora educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo. O objetivo maior do poder fora pretender que o trabalhador se enroldasse na teia da própria dominação; dominado, exercitasse uma prática ampliadora do próprio emparedamento.<sup>21</sup>

### **O *Anuário do Carnaval Pernambucano*: um olhar sobre seus efeitos de sentido**

Para o carnaval de 1938, a Federação Carnavalesca preparou uma rica publicação registrando seus documentos oficiais, imagens e narrativas sobre o carnaval, enfim sua representação sobre si mesma e seu papel na festa. O *Anuário do Carnaval Pernambucano* teve uma significação ímpar na história do carnaval do Recife por sintetizar uma imagem do carnaval, bem como uma narrativa oficial sobre a festa. Por meio dele a Federação Carnavalesca articula uma série de discursos e práticas que vão instituir a ideia de um carnaval autêntico e verdadeiramente popular que devia funcionar como ferramenta de controle social.

O *Anuário* da Federação Carnavalesca possuía cerca de 115 páginas que registravam diversos textos e imagens sobre a entidade, o que faz da publicação o mais importante documento de suas atividades. Estes textos oficiais constroem a imagem de uma entidade socialmente legitimada e apoiada pelos poderes públicos e associações carnavalescas populares para realizar seus fins. O *Anuário* registra também as realizações anteriores da Federação, bem como os seus planos para o carnaval de 1938. Nesta seção, abordaremos os diversos efeitos de sentido que emergiam quando da sua publicação. Documento-chave para esta história, o *Anuário* foi instrumento privilegiado também de registro das relações entre a entidade e as elites econômicas através de seus negócios, o Estado, elites intelectuais, classe operária e, por fim, as agremiações. São estas relações que procuraremos descrever.

Um efeito de sentido significativo do *Anuário* da Federação Carnavalesca é a instituição das “figuras de destaque”, responsáveis pelo controle, preservação e criação das manifestações carnavalescas. Estes personagens possuíam dois perfis: o “bom burguês” e o intelectual regionalista. A publicação registra com fotografias e biografias as trajetórias de vida destes personagens legitimados pela entidade para falar sobre o carnaval, narrar sua história e criar seu repertório musical. Assim, o *Anuário* registra as biografias dos dirigentes da Federação como o primeiro secretário Mário Melo, exaltado pela sua trajetória de

jornalista e historiador, membro de sodalícios e institutos históricos locais, nacionais e estrangeiros; como o presidente J.P. Fish, gerente da Pernambuco *Tramways*, representado como “um amigo sincero dos pobres e das crianças”; como o primeiro vice-presidente Arlindo Luz, exaltado como “entusiasta do carnaval pernambucano” e “técnico e administrador de grande visão [...] de nome ligado ao progresso do Brasil”; como o segundo secretário Samuel Campelo, exaltado como fundador do grupo teatral Gente Nossa e regionalista “apaixonado pelas coisas do folclore”; e por fim, como o tesoureiro J. S. A. Pinheiro, representado como ex-funcionário de companhias norte-americanas e “entusiasta das coisas pernambucanas”.

Ao enfatizar a importância da competência técnica e administrativa de seus dirigentes, o discurso institucional da Federação procurava despolitizar a gestão do carnaval que recaía “naturalmente” nas mãos das elites representadas como mais “aptas” e que se diferenciavam do povo representado como inculto, suscetível à demagogia dos dissidentes do regime e incapaz de autonomamente se organizar. Estava justificada a busca pelo controle autoritário do carnaval por estas “figuras de destaque social” – como são representados pela entidade os membros deste grupo de intelectuais e administradores de empresas privadas que liderou a Federação nos primeiros anos de existência.

Nos breves relatos biográficos percebemos a emergência da figura do “bom burguês”, aquele que é evidenciado como exemplo para as classes populares. O “bom burguês” é empregado abnegado e competente, tem sucesso na sua vida profissional, possui família estruturada e é cumpridor das leis. Uma figura laboriosa que colabora com as autoridades e que contribui inclusive para a preservação das tradições culturais de sua região. O “bom burguês” que tem por hábito a caridade e por isso a Federação tem em seus estatutos a obrigação de doar 10 % de seus recursos para entidades de caridade. Ao lado do “bom burguês”, o *Anuário* também emite signos da “boa fábrica” e do “bom patrão”. A publicação registra as iniciativas de diversas companhias preocupadas com o bem estar de seus trabalhadores.

A busca da produção de novas representações sobre as fábricas e empresas privadas data dos anos vinte, quando uma nova racionalidade invade o interior da fábrica transformando-a em um novo espaço higiênico e bastante diverso dos ambientes inóspitos dos fins do século XIX. Fora da fábrica, industriais a título de “concessões” constroem novos espaços para controle do operariado. Margareth Rago destacou que “a atuação patronal foi marcada ambigualmente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições

deploráveis, mas, ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos.”<sup>22</sup> Para a historiadora,

Através de “concessões” como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes “benefícios”, a ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a ideia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas. Representação que os operários criticam violentamente.<sup>23</sup>

Em outros artigos, o *Anuário* registra o trabalho “patriótico” de diversas outras companhias “modernas” como a Indústria Pernambucana de Lança-Perfumes, a Companhia Paraybana de Cimento Portland, Moinho Recife e a Fábrica Pilar. O trabalho possui uma nova “finalidade”, a partir dos anos trinta: “o enriquecimento da nação, a criação da abundância social e não mais o mero ideal de satisfação do interesse individualista do patrão tradicional.”<sup>24</sup>

Estes discursos nos remetem também às políticas públicas dos anos trinta voltadas para a transformação das representações sobre o trabalho e o trabalhador, como a criação de novas leis trabalhistas e sindicais precedidas por diversas tensões entre empregados e patrões desde o início do século XX. A participação das diversas firmas e indústrias no carnaval também representava esta nova identidade para a fábrica enquanto entidade preocupada com as manifestações populares através do financiamento da Federação, das associações carnavalescas e das premiações para as que melhor se apresentarem segundo critérios por elas definidos.

O *Anuário* também registrou outra prática de aproximação entre as fábricas e firmas e as agremiações carnavalescas. A Federação criou, para o carnaval de 1938, “uma série de prêmios que serão distribuídos entre os clubes, blocos, troças e demais agremiações filiadas” em parceria com a fábrica de alimentos Peixe, a de tecidos Paulista e a Malharia Imperatriz. Seriam vitoriosas, nestes três concursos, as agremiações que melhor trajassem fantasias de tomate, para o prêmio da Fábrica Peixe, as fantasias adquiridas na Malharia Imperatriz, no caso do prêmio a ser dado por esta firma, e as fantasias confeccionadas com tecidos comprados nas lojas da Fábrica Paulista, responsável pelo prêmio desta categoria. Assim, apesar da inexistência da obrigação formal, com estes concursos a Federação também procurava subordinar diretamente os desfiles carnavalescos aos interesses comerciais das suas patrocinadoras.

Como podemos perceber, a Federação articulava interesses comerciais de grandes firmas e indústrias à própria organização do carnaval. A cultura deveria sempre estar ligada ao progresso do Estado e/ou ao controle social das multidões carnavalescas. As fantasias carnavalescas deveriam ser úteis ao engrandecimento do Estado e da nação.

Assim, se para o carnaval de 1937 a Federação sugeriu os trajés inspirados no século XVII, para o ano subsequente a entidade patrocina um novo concurso intitulado “Produtos Pernambucanos”:

A Federação Carnavalesca Pernambucana, no sentido de desenvolver o interesse pelos produtos da terra pernambucana, dando-lhe, o mais possível um cunho regionalista, vem de instituir o concurso ‘Produtos Pernambucanos’. [...] Para tal fim, basta que, os clubes, blocos e troças filiados à mesma e que se interessarem pelo referido concurso, façam as suas fantasias para o próximo carnaval, todas elas inspiradas em produtos nossos.<sup>25</sup>

A Federação publicaria no *Anuário*, à guisa de sugestão, diversos desenhos de Manoel Bandeira com modelos de fantasias que poderiam ser utilizadas pelas agremiações. A entidade registra que as agremiações não eram obrigadas a usar os modelos, mas que se devia manter “conservada a ideia original”. O *Anuário* trouxe desenhos de fantasias inspirados em produtos das indústrias de destaque no Estado, tais como o Pingüim da Cervejaria Antártica, o tomate e a goiabada das fábricas Peixe, a indústria da pesca, do café, a indústria da cana-de-açúcar, e em produtos agrícolas como manga, abacaxi, coco, milho, siri, jaca, cactos, macaxeira, frutapão, flor do algodão, caju, mamona, mamão, maracujá, banana, abacate, caroá, laranja e goiaba. Os desenhos traziam, em geral, explicações sobre o produto, registrando a sua importância para a economia de Pernambuco. O objetivo da ação era “contribuir para o desenvolvimento das nossas riquezas, estimulando o seu aproveitamento e difundindo, entre todos os pernambucanos, sem distinção de classe, conhecimentos das nossas possibilidades econômicas”.<sup>26</sup>

A sugestão dos temas destas fantasias, recursos naturais e produtos industriais, se coaduna com os esforços do regime pós-trinta em investir no potencial da natureza e da indústria do país. A intenção restauradora do novo regime implicava na exploração dos recursos naturais e do potencial econômico do país que se acreditava haver sido relegado ao segundo plano pelo regime anterior. A principal função do novo Estado pós-trinta seria restaurar a linha evolutiva do país, reencontrar sua “verdadeira” tradição, através da articulação entre a natureza e a cultura através da intervenção da política que, segundo Ângela de Castro Gomes “acionaria o elemento integrador e evolutivo do trabalho nacional”<sup>27</sup>.



Figura 2 - Fantasia “Goiabada Peixe”. Anuário do Carnaval Pernambucano de 1938. (Acervo Pessoal)



Figura 3 -- Fantasia “Macacheira”. Anuário do Carnaval Pernambucano de 1938. (Acervo Pessoal)



Figura 4 - Fantasia “Cana”. Anuário do Carnaval Pernambucano de 1938. (Acervo Pessoal)

### Gilberto Freyre e a Federação: divergências à vista?

Sob a aprovação da interventoria de Lima Cavalcanti e sob o pretexto de proteger e fortalecer as manifestações carnavalescas, a Federação Carnavalesca constituiu-se como *locus* privilegiado para a produção destes discursos populistas e estratégias de produção do consenso político. Nesta perspectiva, a Federação Carnavalesca instituía-se como significativo espaço para o exercício das funções intelectuais determinadas pelo regime pós-trinta. Legitimados nas funções dirigentes ou convidados pela entidade, figuras como Mário Melo, Valdemar de Oliveira, Samuel Campelo e Mário Sette produziam narrativas definidoras do “popular” e normas que disciplinavam, intervinham e enquadravam as manifestações carnavalescas. A ação destes intelectuais, a despeito da atitude paternalista, revelava desprezo para com as mesmas práticas e discursos “populares”, uma vez que a fala do “povo” é silenciada, ou, quando aparece, vem sempre mediada pelo seu discurso autorizado. Ou melhor, o povo carnavalizado não fala senão encarcerado nos limites do discurso nacional-popular que o define como ingênuo, infantil, puro e dependente da mediação intelectual, pois a tutela, neste discurso, seria uma demanda expressa do povo “desejoso de que lhe dessem uma imagem de sua unidade”<sup>28</sup>.

Entretanto, nem sempre estes intelectuais concordavam nas estratégias de proteção da cultura popular ou das manifestações carnavalescas. As divergências próprias ao exercício

desta função intelectual nos remetem à busca pela legitimidade social e de status diferenciados nos espaços reservados a sua prática profissional. Isto explica as divergências evidenciadas por Gilberto Freyre quanto às novas diretrizes encaminhadas pela Federação Carnavalesca. A chamada Revolução de Trinta havia aliado do poder o grupo político do Governador Estácio Coimbra a quem Gilberto Freyre era politicamente ligado. Foram os grupos políticos ligados aos revolucionários, sob a liderança de Carlos de Lima Cavalcanti e, posteriormente, de Agamenon Magalhães, que organizariam as feições da Federação.

Durante os anos trinta, Freyre protagonizou diversos embates com grupos intelectuais rivais pela hegemonia no campo intelectual do Estado. O aparecimento de *Casa Grande & Senzala* e o *1º Congresso Afro-Brasileiro* foram combatidos, entre outros motivos, devido ao novo papel por ele legado à cultura negra na formação da identidade nacional, em uma época de persistência do paradigma naturalista, bem como de práticas eugênicas e de propostas políticas como o branqueamento da sociedade brasileira através do incentivo à imigração europeia. As polêmicas se repetiram quando, a partir de 1934, Freyre passou a sistematicamente defender o valor estético, arquitetônico e ecológico dos mocambos e, portanto, a colocar-se, juntamente com Josué de Castro, contra a campanha de destruição da moradia empreendida por Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, após o advento do Estado Novo.

Foi justamente em torno de Mário Mello, jornalista ligado aos revolucionários de trinta e correligionário futuro de Agamenon Magalhães, que seria criada a Federação Carnavalesca. Gilberto Freyre posicionar-se-ia contrariamente, em artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, às mudanças empreendidas pela Federação Carnavalesca colocadas em prática no Carnaval de 1937. Em “Carnaval sem mais nada” (como “o Recife sem mais nada” da poesia “Evocação do Recife” de Manuel Bandeira), Freyre criticou “o regime de burocratização da Federação a troco de auxílio em dinheiro” que estaria “abafando” “debaixo de fantasias históricas, de tentativas de reconstituição erudita, a espontaneidade do velho Carnaval recifense”.

Percebemos que Freyre, no artigo, não criticou a narrativa histórica que a instituição desejava representar, nem a própria existência da Federação. Ele reconhece o “valor da cooperação” das “empresas poderosas no sentido de dar brilho ao Carnaval do Recife”. Discordou do “tempero acadêmico ou erudito” que tornava a festa “intencional”, portanto, sem seu “melhor encanto que está na independência e espontaneidade”. Todavia, o que mais incomodava Freyre era a “adulação”, segundo ele “a nota mais característica do carnaval de

1937”. A Federação havia transformado a festa em “pretexto para homenagens pessoais” arquitetadas pelos seus diretores. Podemos afirmar que as homenagens funcionavam como legitimadoras de um lugar de fala e de poder, de tutela sobre as classes populares e sobre os festejos públicos que talvez Freyre não gostasse de ver ocupado por intelectuais rivais. Nos dois lados, a defesa da “espontaneidade” do carnaval passava justamente pela tutela do intelectual e das autoridades, incompatível com a “independência” da cultura popular. A disputa se dava pelo espaço de controle da espontaneidade popular. O discurso oficial da Federação é atravessado pelo mesmo discurso nacional-popular, pela mesma apologia da mestiçagem que tem em *Casa Grande & Senzala*, sua organização narrativa mais bem acabada. Freyre brigava contra o espaço de poder que estava sendo arquitetado por grupos políticos e intelectuais dos quais não fazia parte.

O consenso quanto à importância do papel da Federação e de seus colaboradores nos remete também à função despolitizadora da produção da coesão nacional através da ação do intelectual. A fundação da entidade representava a oportunidade de proteger a unidade do social dos perigos da política tradicional da República Velha pautada pelo individualismo liberal e contribuir para a construção de uma nova ordem onde a Federação, adequada à “realidade” nacional, atuaria no fortalecimento da unidade social.

Essa discussão nos remete a redefinição do papel do intelectual ocorrida a partir da década de 1930. Segundo a historiadora Monica Veloso, “o ideal esteticista da literatura, o intelectual erudito e o academicismo são objeto de crítica violenta por parte do regime, que passa a defender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos da nacionalidade”.<sup>29</sup> Está sob sua responsabilidade interpretar a vida social e contribuir para que se consolide sobre ela o controle estatal. Assim, devem agir como intermediários promotores da união entre o governo e o povo representado como imaturo e “carente de um guia capaz de lhe apresenta normas de ação e conduta”<sup>30</sup>. Para Veloso, esta nova política “é personificada na figura de Vargas: homem de pensamento e de ação. Assim, ele é o paradigma por excelência a ser seguido por toda a intelectualidade brasileira”<sup>31</sup>.

Compreendendo *a priori* o social, como um organismo uno, estes intelectuais instituía uma representação despolitizada do social atribuindo ao Estado “uma margem ilimitada de ação para promover politicamente a cooperação orgânica entre os diversos segmentos sociais”<sup>32</sup>. Nos discursos oficiais da Federação Carnavalesca encontramos diversos enunciados que valorizavam a “inquestionável” unidade cultural regional e nacional, valorizavam a afetividade nas relações sociais, o paternalismo e assistencialismo dos padrões

em relação aos empregados urbanos, e as coletividades como o povo e a família, o que nos remete, segundo Daniel Pécaut, “a condenação [presente nos meios intelectuais dos anos trinta] do individualismo como fundamento do político devido ao seu carácter artificial e dissolvente”<sup>33</sup>.

Tratava-se, assim, mesmo antes do advento do Estado Novo, da tentativa de imputar ao intelectual a direção técnica do desenvolvimento nacional, atuar na manutenção do equilíbrio das relações sociais e organizar o poder em função do “interesse coletivo”. O intelectual aparece como responsável pelo delineamento da organização corporativista da população. Não é à toa que a Federação Carnavalesca emergia como instituição compromissada com o desenvolvimento do país e dirigida por intelectuais responsáveis pela mediação entre os diversos interesses presentes na configuração dos festejos. Neste sentido, a entidade deve ser compreendida como um instrumento da organização corporativista da sociedade brasileira. Substituindo a democracia participativa, seriam as redes institucionais corporativas controladas pelo Estado, como os sindicatos e conselhos técnicos, as únicas instâncias desejáveis de expressão dos interesses da sociedade, autorizadas a coexistirem apenas na esfera estatal.

A fundação da Federação carnavalesca se coaduna com o espírito corporativista da década de 1930 quando, segundo Alcir Lenharo, torna-se visível a aparecimento de um amplo projeto de reorganização da sociedade. Tratava-se da emergência de um corporativismo que:

se apóia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integradamente e sem contradições<sup>34</sup>.

A reflexão sobre a metáfora do corpo é bastante significativa no contexto da instituição de novas relações entre o Estado e a sociedade. Segundo Alcir Lenharo, o discurso político oficial do novo regime insistia no emprego da imagem do corpo associada à nação, o que possuía implicações políticas: todos os grupos sociais que compõem o corpo são representados como órgãos com funções diferenciadas (uns trabalham e obedecem, outros lideram e são obedecidos) e solidários com as outras partes no objetivo do funcionamento pleno e saudável da nação.<sup>35</sup>

### **Algumas considerações finais**

A fundação da Federação Carnavalesca representou o avanço do Estado na direção do controle das manifestações populares. Novas estratégias até então inéditas são colocadas em

prática na busca do fortalecimento da intervenção das autoridades públicas e intelectuais nos mais diversos aspectos das agremiações, desde os temas das fantasias, até a sustentabilidade financeira. Podemos afirmar que, não apenas a Federação Carnavalesca, mas a imprensa, a produção histórica e jornalística de Gilberto Freyre são expressões destas estratégias autoritárias de instrumentalização da narrativa histórica e das manifestações culturais populares como mecanismos de produção do consentimento político e da adesão popular ao projeto de nação capitaneado pelo Estado e pelos grupos hegemônicos.

Tratava-se da emergência de uma nova governamentalidade que performava o país como um organismo vivo e dividido em órgãos (os diferentes grupos sociais) que deveriam exercer determinadas funções e, quando não, serem diagnosticados e higienizados. A representação da nação enquanto corpo implicou na naturalização das diferenças entre os diversos “órgãos” (as elites governam e o restante é governado) e da interdependência e solidariedade entre estas partes que compõem a nação.

A instituição do carnaval enquanto festa da nacionalidade só foi possível depois do estabelecimento de estratégias de controle da festa no espaço urbano que implicou no apagamento de sua dimensão perigosa. A imprensa veiculou a imagem de um carnaval pacífico e controlado pelo Estado através do policiamento e do estabelecimento de diversificadas normas de conduta específicas para o período carnavalesco. A representação de um carnaval controlado concretamente pela polícia e simbolicamente pelos intelectuais contribuía para a instituição de relações de convivência que subordinavam nos mundos da cultura e da política as classes populares às elites políticas e intelectuais.

Vale ressaltar que os protagonistas dos festejos carnavalescos não devem ser vistos como sujeitos passivos ou politicamente dóceis na relação com a instituição que analisamos aqui. Assim como as Escolas de Samba cariocas, as agremiações carnavalescas do Recife também obtinham benefícios ao aderirem às novas práticas tais como a doação de recursos financeiros e o reconhecimento da legitimidade de suas produções culturais no panorama festivo urbano. Tais prerrogativas eram apropriadas e interpretadas segundo as possibilidades e experiências destes grupos sociais menos abastados.

Para Ângela de Castro Gomes,

O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção.<sup>36</sup>

Apesar do estabelecimento de relações entre atores desiguais, não parece correto tomar o Estado como “todo-poderoso” (mesmo que tratemos do Estado Novo) e as classes populares como apáticas ou indiferentes.

## Notas

- <sup>1</sup> GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife* (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.
- <sup>2</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. RJ: 6ª ed., Paz e Terra, 1975, p. 21-41.
- <sup>3</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p.15.
- <sup>4</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.34.
- <sup>5</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 12.
- <sup>6</sup> LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Maracatus e Maracatuzeiros: desconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias*. Recife, 1930-1945. Recife: Bagaço, 2008. p. 230.
- <sup>7</sup> SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo riso: estudos sobre o Carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- <sup>8</sup> *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>9</sup> *Jornal Pequeno* de 25 de janeiro de 1935.
- <sup>10</sup> *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>11</sup> LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Maracatus e Maracatuzeiros: desconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias*. Recife, 1930-1945. Recife: Bagaço, 2008. p. 21.
- <sup>12</sup> Discurso registrado no *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>13</sup> ABUD, Kátia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. In *Revista Brasileira de História*, 1998, vol.18, no.36, p.103-114.
- <sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.
- <sup>15</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundaj; São Paulo: Cortez, 1999.
- <sup>16</sup> *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1935.
- <sup>17</sup> *Diário de Pernambuco* de 29 de janeiro de 1935 e *Jornal do Commercio* de 3 de Janeiro de 1937.
- <sup>18</sup> Discurso registrado no *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>19</sup> Discurso registrado no *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>20</sup> O receio da subversão revolucionária possuía uma justificativa específica no contexto da cidade do Recife. Acontecido cerca de um ano antes, um evento não deixara boas lembranças nas autoridades locais envolvidas nas discussões sobre a Federação Carnavalesca. Por ocasião do movimento armado comunista de 1935, partes da cidade haviam se tornado verdadeiras praças de guerra, onde revoltosos enfrentavam as forças ligadas ao governo Vargas. A derrota do levante comunista precipitou a ilegalidade dos comunistas e o empenho estatal na desarticulação das várias células comunistas do país. A repressão se abateu também contra todos os considerados opositores do regime. O ano de 1935 marcou uma guinada política em direção ao endurecimento do regime. Em abril, por exemplo, antes do levante, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional que suprimiu diversas garantias constitucionais democráticas presentes na carta de 1934, cujo objetivo imediato era conter os ativos movimentos grevistas da época.
- <sup>21</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus: Unicamp, 1986, p. 37- 38.
- <sup>22</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997, p. 35.
- <sup>23</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997, p. 34.
- <sup>24</sup> Idem, p. 39.
- <sup>25</sup> *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>26</sup> *Anuário do Carnaval Pernambucano* da Federação Carnavalesca de 1938.
- <sup>27</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 195.
- <sup>28</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p.56.

- <sup>29</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. p. 9.
- <sup>30</sup> Idem, p. 17.
- <sup>31</sup> Idem, p. 16.
- <sup>32</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p.51.
- <sup>33</sup> Idem, p.52.
- <sup>34</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986, p. 18.
- <sup>35</sup> Idem, p. 16 -17.
- <sup>36</sup> GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro , vol. 1, n°. 2, 1996, p. 31-58.

## Referências Bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. In *Revista Brasileira de História*, vol.18, no.36, p.103-114, 1998.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundaj; São Paulo: Cortez, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1978.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro , vol. 1, n°. 2, 1996, p. 31-58.
- GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Jaboatão dos Guararapes: Ed. do Autor, 2007.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.
- LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Maracatus e Maracatuzeiros: desconstruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias*. Recife, 1930-1945. Recife: Bagaço, 2008.
- PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. São Paulo: FGV, 1998.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: \_\_\_\_\_.; HERSCHMANN, Micael M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9 – 42.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo riso: estudos sobre o Carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- VELOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.